



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600500	Distribuição: 17/04/2020
Número Único: 0017229-02.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
Endereço: Rua Jeilson dos Santos
Complemento:
Bairro: Industrial
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49066030
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600500

DATA:

17/04/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600500, referente ao protocolo nº 20200417115501176, do dia 17/04/2020, às 11h55min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DE
ARACAJU/SE.**

APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, RG nº 3.038.577-6 SSP/SE, CPF nº 015.299.685-00, residente e domiciliaria à Rua Jeilson dos Santos, nº 309, Bairro Industrial, Aracaju/SE, CEP: 49066-030., não tem endereço eletrônico, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente foi vítima de um acidente de trânsito quando trafegava de motocicleta pela avenida Rio Branco, quando um veículo não identificado o fechou, derrubando o Requerente, este foi socorrido pela SAMU e levado ao HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe, lá foi identificada uma fratura na perna direita, relato obtido no boletim de ocorrência - B.O em anexo.

03. O fato do acidente é incontroverso, pois a Requerida reconheceu o acidente e procedeu o pagamento da indenização em virtude das sequelas deixadas por ele, porém em valor inferior ao que deveria ter pago ao Requerente.

04. O Requerente, passou por diversos procedimentos médicos afim de conseguir se recuperar dos problemas causados pelo acidente de trânsito sofrido como podemos verificar pelos relatórios médicos e prontuários médicos aqui anexados.

05. Como pode ser visto no corpo probatório anexado a esta Exordial, o fato do acidente de trânsito está cabalmente provado, assim como as sequelas deixadas por ele, entretanto, a Requerida pagou a indenização em valor menor do que deveria, **mesmo tendo sido juntado no processo administrativo relatório médico do especialista em Ortopedia e Traumatologia, Dr. Renato Teixeira, CRM 1450, que nos informa que o acidente deixou sequelas permanentes classificadas como perda parcial da flexão e debilidade do membro inferior direito.**

06. Como pode ser visto nos prontuários médicos, em especial os Relatórios Médicos Especializados, o acidente causou no Requerente sequelas permanentes, porém, a Requerida pagou a indenização em valor a menor do que deveria ter pago.

07. Conforme se vê no resultado da consulta do sinistro acima mencionado, a **Requerida pagou a título de indenização o valor de R\$4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), quando deveria ter pago o valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) levando em consideração a perda parcial permanente do membro superior inferior direito, seguindo a orientação dos relatórios médicos.**

08. Assim, em virtude da indenização devida ao Requerente ter sido paga em valor inferior ao que de fato faz *jus*, não lhe restou outro meio que não fosse valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

II-I DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

09. O seguro DPVAT, que é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos que tiveram danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, e que para fazer a solicitação e pleitear o seguro, basta apenas comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

(Grifamos)

10. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelecem as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada”

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(Grifos nossos)

11. Como podemos ver o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, apesar da Requerida ter reconhecido o acidente, não efetuou o pagamento da indenização no valor que o Autor faria *jus*, ou seja, pagando a menor.

12. Conforme pode ser comprovado junto às provas aqui colacionadas, nos laudos, nos relatórios, nas fichas médicas e nos exames, o acidente de trânsito, deixou o Requerente com sequelas funcionais permanentes, devendo assim a Requerida, ser condenada a pagar a diferença da indenização paga a menor no valor de **de R\$4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** levando em consideração a perda parcial permanente do **membro inferior direito**, os valores pleiteados estão de acordo com a tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i>	<i>Percentual</i>
<i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>da Perda</i>

<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i> <i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i> <i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	25
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

II-II - O DANO MORAL

13. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, recebeu a indenização a menor do que deveria, mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico especializado, ou seja, estando o Requerente em conformidade com a lei específica do benefício e preenchido os requisitos para ter acesso a indenização em valor superior àquele pago.

14. Ademais, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o supracitado valor devido ao Requerente, além de prejudicá-lo, prejudicou também a sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico necessário para diminuir todas as sequelas decorrentes do acidente. Diante disso, o Código Civil de 2002, em especial nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

15. O Requerente, em virtude de não ter recebido o valor exato da indenização que é prevista e garantida por lei, ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias não conseguiu receber a quantia que lhe era devida.

16. Além do que, o pagamento da indenização daria ao Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

17. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão ao seu direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que o dinheiro da

indenização fosse usado no seu tratamento médico, inclusive, esse é o entendimento do Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE para deferir o dano moral, conforme pode ser visto no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."
(Grifamos)

18. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

19. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo pleiteada em virtude do não pagamento do prêmio, más pelas consequências do não pagamento do mesmo e/ou pagamento a menor da indenização, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

20. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a diferença da indenização paga a menor, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de **R\$4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** levando em consideração a perda parcial permanente do membro inferior direito, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que as limitações não são aquelas apontadas, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ);

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbência, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensando sua realização desde já.

O valor da causa é R\$14.725,00 (quatorze mil setecentos e vinte e cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 17 de abril de 2020.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, RG-3.038.577-6 SSP/SE, CPF – 015.299.685-00, residente e domiciliada à Rua Jeilson dos Santos, nº 309, Bairro Industrial, Aracaju/SE, CEP: 49066-030.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face Siqueira Lider, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 28 02 2020

APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.038.577-6 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 02/03/2011

NOME
APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

FILIAÇÃO
JOSE FERREIRA DOS SANTOS
MARIA IZABEL ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE
MOSSA SRA. DAS DORES-SE

DATA DE NASCIMENTO
01/09/1977

DOC ORIGEM
CT. NASCIMENTO NR 1990 LV A/64 FL 15
CART.DIST.COM.MOSSA SRA. DAS DORES/SE
015.299.685-00

RECEBUEMOS EM 09/08/85

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PESSOAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS WENEZUE"



Aparecido Ferreira dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

0034022

02/03/2020

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO

0034022 G BARBOSA ATACADO 02/03/2020

BRADESCO INSS

18:44:25 (Horário de Brasília)

*****5106

ID: 73125011-2321

Extrato

Extrato

BDN - BRADESCO DIA E NOITE

EXTRATO MESES ANTERIORES CONTA CORRENTE

TERM 034022

APARECIDO F DOS SANTOS

18:44HR

AGENCIA 3162 CONTA 0898739-4 02/MAR/2020

DATA HISTORICO	N. DOCTO	VALOR
----------------	----------	-------

2412 SALDO ANTERIOR		0,60
---------------------	--	------

0801 CREDITO DO INS	9311219	1.000,00
---------------------	---------	----------

MES 12/2019	NB	625054105-9
-------------	----	-------------

SALDO EM 08/01		1.000,60
----------------	--	----------

0901 SQ INSS BDN/24	0901767	1.000,00-
---------------------	---------	-----------

SALDO EM 09/01		0,60
----------------	--	------

Demonstrativo para simples conferencia

Sujeito a alteracoes ate o final do dia

Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC - Alo Bradesco - 0800 704 8383

Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099

Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933 das 8 as 18h.

exceto feriados



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025380/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 16/11/2018 08:43 Data/Hora Fim: 16/11/2018 09:00
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 17/09/2018 18:28

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)
Logradouro: Av Rio Branco

Tipo do Local: Via Pública



Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MARIA CICERA FERREIRA DOS SANTOS (COMUNICANTE)
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Nossa Senhora Sexo: Feminino Nasc: 26/10/1980
Profissão: Técnico em Enfermagem
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Maria Izabel Alves dos Santos Nome do Pai: Jose Ferreira dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 832.496.805-91

Endereço

Município: São Cristóvão - SE
Logradouro: Zona Rural
Bairro: Povoado Arame I
Telefone: (79) 99830-3166 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

Nome Civil: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Nossa Senhora Sexo: Masculino Nasc: 01/09/1977
Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais
Estado Civil: Sem Informação
Nome da Mãe: Maria Izabel Alves dos Santos Nome do Pai: Jose Ferreira dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 015.299.685-00

Endereço

Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Data de Impressão: 16/11/2018 09:00
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025380/2018

Município: Aracaju - SE
Logradouro: R Jeilson dos Santos
Bairro: Industrial
Telefone: (79) 99832-3212 (Celular)

Nº: 93

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Placa QKT9634	Número do Chassi LXYXCBL08B0256773
Ano/Modelo Fabricação 2011/2010	Cor Preta
UF Veículo Sergipe	Município Veículo São Cristóvão
Marca/Modelo I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	Modelo I/SHINERAY XY50Q PHOENIX
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	

Nome Envolvido	Envolvimentos
Aparecido Ferreira dos Santos	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata que seu irmão, Aparecido Ferreira dos Santos, conduzia a motocicleta de propriedade de Diego Moraes de Rezende, pela avenida Rio Branco, sentido Norte, quando foi fechado por um carro, não sabendo informar a placa, tendo colidido a moto contra a traseira do veículo; QUE a condutora do carro se evadiu do local; QUE seu irmão foi atendido pelo SAMU e encaminhado para o HUSE, onde foi constatada fratura a perna direita; QUE ele não deseja processar criminalmente a condutora do carro.

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Responsável pelo Atendimento

Maria Cicera Ferreira dos Santos
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Aparecido Ferreira dos Santos
DATA DA ENTRADA: 17/09/2018
DATA DA SAÍDA: 27/09/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (X) ENFERMARIA (X) UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente motociclístico, deu entrada no HUSF trazido pelo SAMU sob protocolo. Apresentava fratura exposta da tíbia e fíbula a direita. Realizado tratamento cirúrgico em 17/09/2018.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Reduções cirúrgica e fixações externa da tíbia direita.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografias
Exames Laboratoriais
ECG

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr Renato Teixeira - CRM 1450
Dr Saulo Bellis - CRM 4734
Dr Jorge Luiz Santana - CRM 3205
Dr Sérgio Cavalcanti - CRM 1822

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 29 de outubro de 2018

Selma

Selma T. da C.S. Montalvão
Médica
CRM 1532

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1784270
CNS:DATA: 17/09/2018 HORA: 19:55 USUARIO: CSSOUZA
SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
IDADE.....: 41 ANOS NASC: 01/09/1977
ENDereco.....: RUA J DOS SANTOS
COMPLEMENTO.....: BAIRO: INDUSTRIAL
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....:
NOME PAI/MAE...: JOSE FERREIRA DOS SANTOS / MARIA IZABEL ALVES DOS SANTOS
RESPONSAVEL...: TRAZIDO PELO SAMU/CUNHADA/APARECIDA TEL....: 79-9983132
PROCEDENCIA...: SAMU - SOCORRIDO PELO SAMU 12
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

DOC....:

SEXO...: MASCULINO

NUMERO: 309

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: 17/09/18
Paciente trazido pelo SAMU, em protocolo, refere acidente de moto no cruzamento de 30 minutos (colisão frontal com uma van), refere dor em MID e perda de movimento de membros. Nega perda de consciência ou vômitos, nega outras queixas. Equipe do SAMU afirma ter observado fratura em tíbia e fíbula. Já se encontra em sueterapia e recebeu Dipirona 500.ANOTACOES DA ENFERMAGEM: Ao exame: A- VA's normais e aurículas de 1^o e 2^o grau; B- dor espontânea torácica, 9 costelas, MVD; C- pulmões cheios e perfurados, FC=90 e pm, Sat=98%; D- ECG IS, hipóxia moderada e batimento irregular; E- dor e aurículas de movimento de MID. Paciente orientado.
DIAGNOSTICO: membro inferior

CID:

PRESCRICAO

HORA DA MEDICACAO

Auto-prescricao: Trauma em região do pé direito
há aprox 2 horas e apresentando dor severa
e inchaço. Pé direito fraturado
A: há fratura de tíbia e fíbula / Encaixado p/ TPO cirúrgico

DATA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA DA SAIDA: [] DESISTENCIA

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

① Radiografias do membro direito AP e perfil

Dr. Jorge Luiz Santana
Coloproctologista
CRM - 3205

HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATENDIMENTODr. Jorge Luiz Santana
Coloproctologista
CRM 3205Fundação
Hospital
da Saúde**ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - SISTEMA DE MANCHESTER**

NOME DO PACIENTE (Sem abreviações):

REGISTRO:

IDADE:

ETNIA:

DATA: ____/____/____

DATA DE NASCIMENTO

NOME DA MÃE:

HORA: ____:____

SITUAÇÃO / QUEIXA:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

FLUXOGRAMA:

DISCRIMINADOR:

ALERGIAS (MEDICAMENTOS E ALIMENTOS):

VERMELHO	LARANJA	AMARELO	VERDE	AZUL
0 MIN	MUITO URGENTE	URGENTE	POUCO URGENTE	NÃO URGENTE
OBSERVAÇÃO:	10 MIN	60 MIN	120 MIN	240 MIN

DESTINO / ENCAMINHAMENTO:

ENF.:

COREN:

ASSINATURA:

COORDENADOR:

DATA: ____/____/____

HORA: ____:____ h

RECLASSIFICAÇÃO PARA A PRIORIDADE:

ENF.:

COREN:

DISCRIMINADOR
às ____ h ____ min.

CONFIRMADA IDENTIFICAÇÃO COM O PACIENTE / FAE / PULSEIRA? (S/N)

COLOCADA PULSEIRA? (S/N)

EM QUAL MEMBRO? (PULSO E / PULSO D / TORNOZELO E / TORNOZELO D)HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO
Av. Tancredo Neves, S/N - Bairro Capucho. CEP 49080-470. Aracaju - Sergipe. Tel: 3216-2600

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 177311
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 1/09/1977 Idade: 41 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: JOSE FERREIRA DOS SANTOS
Nome da Mae.....: MARIA IZABEL ALVES DOS SANTOS
Endereco.....: RUA J DOS SANTOS 309
Bairro.....: INDUSTRIAL Cep.: 00000-000
Telefone.....: 79-998313212
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1784270
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Banco.....: 999.0536
Data da Internacao: 17/09/2018
Hora da Internacao: 21:23
Medico Solicitante: 388.866.345-87 - ORLANDO FERREIRA ALVES
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: BMGSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:
Dt. Hr. Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
I. Principal:
II. Secundario:
Principal:
Secundario:
Outros:

20/09/2018



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS



DATA: 27 / 09 / 2018.

11º DIH

NOME: **Aparecido Ferreira dos Santos 41anos -- B 3.2**

DIAGNÓSTICO (S): **Fratura Exposta Tíbia D**

EVOLUÇÃO MÉDICA: _____

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	
2º. Gelco Salinizado	
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia SUSP	
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	
6º. Nauseidron 8mg EV 08/08hs SOS	
7º. Antak 50mg EV ou 150mg VO 12/12hs / Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs SOS	
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs SOS	
10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
11º. Glicose 25% 04amp. EV se Glicemia < ou = 80mg/dl SOS	
12º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	
13º. Dextro 6/6hs SUSP	
14º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 – 250: 02UI 251 – 300: 04UI 301 – 350: 06UI 351 – 400: 08UI > ou = 401: 10UI	

15º. Curativos Diários 1 x dia (x) SF 0,9% + Gazes	
16º SSVV 6/6hs	
16º	
17º	
18º	
19º	

Médico

24/09/18 ENF: Pate Estallid, consciente, orientado, Experto, Mch
Aguarda el momento de guardia

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

100

Página n

Data	Hora	Histórico
20/11	00:31	Paciente acordou, orientado, em si, sem
18		febre, sem queixas clínicas de qualquer
		natureza, sem alterações de consciência, com
		temperatura (T° 37,5°C). Tórax, pulmões,
		FID. Segui acompanhamento do enfermeiro. - Vign

Nome do Paciente:

Spanische Feuers des Sauts

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

UPC

Leito:

Nº do Prontuário:

HISTÓRICO		
19/09	08:00	Trabalho no subs, como jornalista, realizando em um de reportagem + fixador de RDS
		Trabalho no subs + estadia do subs. Per período
	10:00	Realizando exames + adm. medicinal de laboratório

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página:

[illegible]

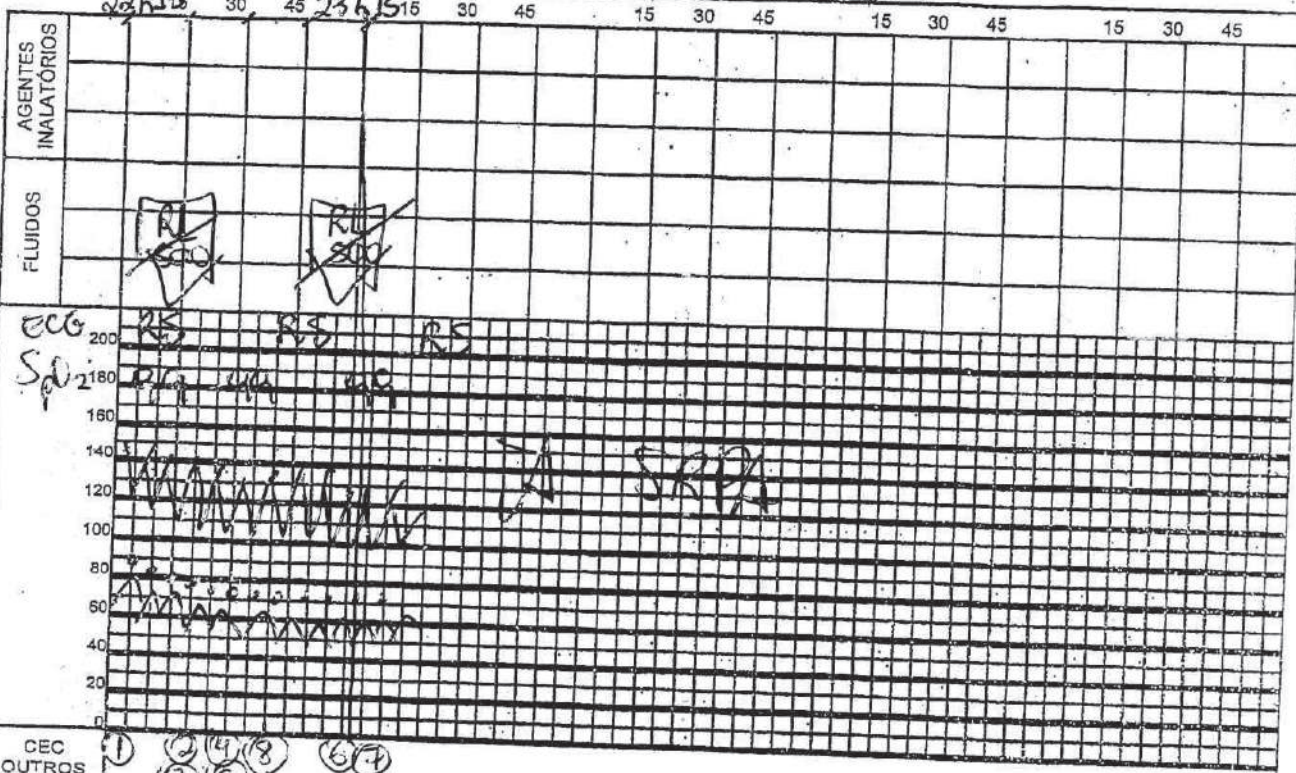
HUSE

BOLETIM DE ANESTESIA



Fundação Hospital de Saúde

PACIENTE: <u>Aparecido Fervinho dos Santos (41 anos)</u>		REGISTRO: <u>177311</u>
UNIDADE:	MÉDICO:	LEITO:
CIRURGIA PROGRAMADA: <u>Abc cirurgia de furo de tibia D</u>	CIRURGIA REALIZADA: <u>A proposta</u>	DATA: <u>17/09/18</u>
ANESTESIOLOGISTA: <u>Dra Ana Patrícia</u>	TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Razinauxênio + redeção</u>	MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA: <u>—</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr Rendo</u>	AUXILIAR:	ASA: <u>IE</u>
HORA DE INÍCIO: <u>22h15</u>	HORA DE TÉRMINO:	ACESSO VENOSO: <u>AVP 20G MSD</u>
		POSICÃO: <u>DDH</u>



MONITORIZAÇÃO	MONITORIZAÇÃO		CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA	
PA NAO INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	PVC	<input checked="" type="checkbox"/>	
PA INVASIVA		TEMPERATURA		
ELETROCARDIOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	DIURESE		
OXIMETRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	VENTILAÇÃO		
CAPNOGRAFIA		PAM		

AGENTES ANESTÉSICOS	DOSE	MANEJO DE PROTEÇÃO
1) Midazolam 2mg		NOME: <u>Gfapline 2g</u>
2) Bupivacaína 0.5% - high 15mg		1ª Dose as: horas
3) Morphine 80mg		2ª Dose as: horas
4) Celecoxib 200		3ª Dose as: horas
5) Dexametazone 10mg		
6) Dipriven 2g		
7) Ondansetron 8mg		
8) Ranitidine 50mg		
OBSERVAÇÕES:		
<p>APR não como hidratação, uso de medicamento analgésico, Kmm = 10ho p/ w/ h/dts</p>		
ENCAMINHADO PARA: <u>CRPA</u> UNIDADE: <u>CRPA</u>		

p. 29
- ECG, PA, NI SpO2
- Venet clare MSD 20G
- pct. revisto, anamnese, punção
- anamnese 13-14 medicamento, anise
- orelha auricular 27G LCR (4) (Cale, (2) + (3);
- tubo endotraqueal em punção com tubo,
- A SRPA - alta cr A 10h de 10.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: ANDRÉ DE CARVALHO DOS SANTOS

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRACTURA DE FÊMUR E TÍBIA DO MEMBRO INFERIOR DA PERNEA DIREITA

CIRURGIA REALIZADA: RECONSTRUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DA PERNEA DIREITA COM PLACA E FIO DE TENDÃO

CIRURGIÃO: DR. ROBERTO LUCAS

AUXILIARES: IMP. JERRY AGUIAR

ANESTESIA: RAQUIDIANALGIA ANESTESISTA: DR. ALZ. RIBEIRO

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

() CIRURGIA LIMPA

(☒) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

() CIRURGIA CONTAMINADA

() CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM () NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP.

() PULMONAR

() URINÁRIA

() SNC

() TGI

() CUTÂNEO

() AP. CARDIO-VASCULAR

() PLEURA

() OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. (1) ANESTESIA GERAL: LAPORELA E FIO D.O.

2.

3. (2) FEMUR E TÍBIA REDUZIDA A NÍVEL

4.

5. (3) FEMUR REDUZIDO COM PLACA E FIO DE TENDÃO

6.

7. (4) FEMUR REDUZIDO COM PLACA E FIO DE TENDÃO

8.

9. (5) FEMUR REDUZIDO COM PLACA E FIO DE TENDÃO

10.

11. (6) CURTIDO O CUIDADO/ENCERRADO

DATA: 17/07/18

Dr. Roberto Lucas CRM 1460
Ortopedia - Traumatologia

Assinatura do Cirurgião

5

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADA
PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO
PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES

Atendimento 345322
Nome APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
Profissão
RG 30385776
CPF 015.299.685-00
Solicitante: Antonio Franco Cabral

Data 19/11/2018
Hora 10:20
Escol.
Idade 41 ano(s) 2 mes(es) e 20 dia(s) **Data**
Nasc. 01/09/1977
End. RUA GEILSON DOS SANTOS
Convênio Particular

EXAME:

RAIO-X DA PERNA DIREITA - 2P


Data Coleta: 19/11/2018 10:20

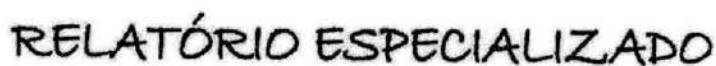
LAUDO:

Osteossíntese metálica com fixador externo na tíbia.

Fratura cominutiva na diáfise tibial.

Fratura transversa completa na diáfise fibular com certa anteriorização do fragmento distal.


Dr(a) MARCELO PORTO MENDONÇA
CRM-2733



Número do sinistro

Болтун и Орданкис № 025380/2018

Nome do paciente:

A PARECER FERRERIA OS STUPOS

Data de nascimento:

01.09.1977

Data do início do tratamento / Acidente

17,09278

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Previa visita ao Centro Médico (CME), para avaliações. Continuar
 monitorar, verificar o peso. Ruben é transferido no
 local para sono, depois foi encaminhado para o HCE. OMS
 Ruben apresenta no local do sono, depois foi encaminhado
 para o HCE. OMS Ruben apresenta-se bem. Por isso
 Responder a parte D. onde se o sujeito se sente melhor (a) e (b)
 Resposta: o Centro Médico.

2 - Data / Tratamento Realizado:

1709/2781, 2709/278

Préface des Annales de l'Académie de Médecine de Paris
C. F. de l'Académie de Médecine de Paris, 1782. Après l'ouverture
pour l'année - 1782, l'Académie de Médecine de Paris
A la Bibliothèque - 27/09/1782.

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

17/09/2075

Rx to RBC 1000/plate III Enter a 16-2

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

26.12.2019

Data

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

17/09/2015 1- FROSTED in COOL B/W STAIN
2- FROSTED in FUR

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

- Presiões mais baixas formadas de Encostas de m/s
- Presiões mais altas sob as Cratéritos e Rios e
Poços D
- Presiões mais altas mais internas, por descolamento
de rocha e maiores concentrações de m/s
- Presiões mais baixas para maiores de Rios
distantes e para os de Dutos
- Presiões mais baixas formadas de Encostas + por pressão de fricção
+ fluxos mais de m/s

6 - Alta definitiva do tratamento: / 12/10/15.

7 - Data do Exame do Paciente / 26/NE/2019

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368	
Endereço Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas		Número 598	Cidade Aracaju	Estado Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

26, 12, 219

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia
Assinatura e Carimbo

SINISTRO 3200030314 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FREITAS

CORRETORA E SEGUROS EIRELI

BENEFICIÁRIO APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 01529968500

Posição em 03-03-2020 15:54:19

Os dados bancários foram atualizados e a Seguradora Líder-DPVAT está providenciando uma nova tentativa de liberação deste pagamento.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/02/2020	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600500

DATA:

20/04/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000028}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600500

DATA:

22/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600500 - Número Único: 0017229-02.2020.8.25.0001

Autor: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

A Turma Recursal do Estado de Sergipe, por sua vez, editou o Enunciado 21, com a seguinte redação:

*ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, **poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação**, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.*

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a **razoável duração do processo**, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois “*justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada*”.

A **manutenção do feito “suspense”** até o retorno pleno das atividades judiciárias (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos

processuais), a pretexto da realização da sessão de conciliação (no rito sumariíssimo) ou audiência preliminar de conciliação (no rito comum), **discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual**, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui “*tábula rasa*” das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, prestigiando o art. 2º da Lei 9.099/95 (e os princípios lá constantes, dentre eles o da simplicidade e da celeridade), consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 22 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 22/04/2020, às 12:15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000789402-09**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600500

DATA:

27/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que,confeccionei carta de citação de nº 202040601666.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600500

DATA:

27/04/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040601666 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



202040601666

PROCESSO: 202040600500 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0017229-02.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: 1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua Senador Dantas, 5º 6º 9º 14º E 15º ANDARES, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 27/04/2020, às 11:19:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000808829-37**.